

CPMF e plano B

Rogério L. Furquim Werneck*

Declarações do presidente Lula, feitas no início desta semana, ajudaram a dar mais nitidez ao ponto crucial do embate em torno da CPMF. Lula afirmou que o governo não dispõe de um plano B para lidar com uma possível derrota no Senado da proposta de prorrogação da CPMF nas bases atuais. E disse mais. “Não gosto de trabalhar com plano B. Não sei quem foi o louco que inventou o plano B. Se você começa agora a pensar em um plano B, isso significa que não está dando prioridade ao plano A.”

Qual é, no caso, o plano A? É assegurar que, nos três últimos anos do atual mandato presidencial, o governo possa contar com cerca de 120 bilhões de arrecadação adicional da CPMF para dar continuidade, sem maiores preocupações, à colossal expansão de despesas primárias que já vem sendo observada em 2007. O governo tem tentado a todo custo evitar um recuo para um plano B, que lhe exija escolher entre contenção da expansão do dispêndio e elevação de outros tributos. A primeira alternativa seria o plano B que interessa ao País. Mas já foi publicamente descartada pela própria ministra Dilma Rousseff, que declarou com todas as letras, há poucas semanas, que o esforço de contenção de gastos é tarefa que deverá ser deixada ao próximo presidente. O governo tampouco quer se ver obrigado a ter de elevar outros tributos, para compensar perda de receita da CPMF. Que outro tributo propiciaria extração fiscal tão farta e cômoda?

Uma conta simples ajuda a entender com clareza o fascínio do governo pela CPMF, um tributo que, com alíquota de 0,38%, arrecada R\$ 38 bilhões por ano. Dividindo-se a arrecadação pela alíquota chega-se à fabulosa base fiscal sobre a qual incide a contribuição. Nada menos do que R\$ 10 trilhões. O que, grosso modo, equivale a quatro vezes o PIB. A mágica decorre da incidência em cascata da CPMF, que dá lugar a uma base fiscal fictícia, sem contrapartida econômica real, em contraste com o que ocorre com formas mais civilizadas de tributação, que incidem sobre renda, consumo, valor adicionado, folha de pagamento e riqueza. Uma alíquota “pequena” sobre uma base gigantesca e artificial. O sonho da tributação populista, como bem ilustra a explicação fascinada que o ministro da Fazenda não cansa de repetir: “As pessoas nem sabem quanto pagam de CPMF; não pesa no bolso.” É isso que, de um lado, dá ao governo a sensação de que se trata de um tributo sem custo e, de outro, o deixa alarmado diante da perspectiva de ter de arrecadar o mesmo montante por vias menos toscas de extração fiscal, se quiser de fato continuar expandindo gastos primários ao ritmo que vem sendo observado. “Diga onde vamos arrumar R\$ 40 bilhões”, indagou preocupado o próprio presidente há poucas semanas.

Tivesse a coesão, a lucidez e a tenacidade necessárias, a oposição poderia perfeitamente aproveitar a janela de oportunidade que lhe foi aberta e condicionar a prorrogação da CPMF a um cronograma de rápida redução de alíquota, que pudesse demarcar o início de uma mudança mais ambiciosa do regime fiscal no País. Num momento em que a arrecadação federal vem crescendo a uma taxa real superior ao dobro da taxa de crescimento do PIB, seria mais do que razoável que tal cronograma implicasse redução de pelo menos R\$ 10 bilhões na arrecadação do tributo já no ano que vem. Mas o que se vê, no embate em torno da CPMF, é parte importante da oposição comportando-se de forma lamentável e alegremente propensa a apoiar a prorrogação da contribuição nas bases atuais, em troca de migalhas que o governo lhe lança.

O embate deixa mais do que claro que o PSDB continua em busca de um discurso econômico minimamente articulado. O partido mostra-se confuso e completamente despreparado para assumir posições conseqüentes sobre aspectos fundamentais da questão fiscal. Sem espinha e convicção para assumir as bandeiras da redução de carga tributária e da contenção da expansão de gastos públicos, tenta mais uma vez passar ao largo da principal dificuldade que hoje empana as perspectivas da economia brasileira. Com base na esperteza fantasiosa de que a arrecadação da CPMF estará ao seu livre dispor em 2011, quando já tiver retomado a presidência, o partido parece agora empenhado em não deixar que falem recursos à farra fiscal que o governo vislumbra para os próximos três anos.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.